

MANIFESTA DE SANTARÉM

**CONVERSAS INACABADAS
CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

OUTUBRO 1994



Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Av. Santos Dumont, 57 - 1º Esq.

1050-202 LISBOA

www.animar-dl.pt

www.facebook.com/associacao.animar

<https://agencianimar.com>

www.cidadaniaemp Portugal.pt

animar@animar-dl.pt

Telef.: 21 952 74 50/1

CONVERSAS INACABADAS

CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

As *Conversas Inacabadas* foram verdadeiros espaços de debate aberto, onde a partilha de saberes e experiências aconteceu, onde muitos estiveram, falaram, ouviram e, por certo, aprenderam algo.

Foram doze os temas propostos, mas muito mais os debatidos:

- o exercício da cidadania;
- os amores e ódios na relação Estado-Actores locais;
- as políticas e instrumentos de desenvolvimento local;
- os cifrões no desenvolvimento local – as metodologias;
- os sucessos e insucessos – a avaliação;
- a cultura no desenvolvimento local – a escola, a formação e o emprego – o papel das Universidades;
- o desenvolvimento local no espaço rural – o desenvolvimento local nas zonas urbanas desfavorecidas;
- as mulheres, os idosos, os jovens;
- os grupos étnicos minoritários no desenvolvimento local.

De cada debate resultaram constatações, recomendações (pistas) e muitas interrogações, que exprimem a forma de sentir e pensar das muitas dezenas de participantes, assim como a sua experiência. São constatações, recomendações e interrogações de conversas inacabadas!

Aqui ficam as principais linhas de força, na síntese possível, que fica à espera dos comentários críticos de todos os que participaram nos dois dias de intenso debate!

CONSTATAÇÃO 1

O desenvolvimento local não é uma nova ideologia, é uma afirmação de diversidade, é o esforço para impedir que a sociedade se feche a partir das lógicas economicistas.

O desenvolvimento local não pode ser entendido e praticado como alternativa para a auto-desresponsabilização do Estado, e este não pode deixar de investir em políticas – sociais, de desenvolvimento interior, etc. –, nomeadamente na situação em que há uma percentagem crescente de desempregados, em que uma elevada percentagem de idosos têm pensões baixas, que não permitem uma vida digna, em que se verifica um crescente declínio populacional do interior.

CONSTATAÇÃO 2

Vive-se hoje num contexto de mundialização da economia, de crescimento sem emprego, de desenvolvimento em que alguns não cabem, de crise do Estado-Providência, em que o Estado tende a ser menos social e mais económico, em que a competição e o mercado imperam e não existem mecanismos ajustados de justiça social. Em zonas rurais ou urbanas trabalha-se, em cada vez mais situações, com “quem sobra”.

CONSTATAÇÃO 3

As iniciativas de desenvolvimento local, em meio rural ou urbano, multiplicaram-se nos últimos anos sem que haja um conhecimento pleno das diferentes associações, grupos, projectos espalhados por todo o país, no continente e ilhas.

RECOMENDAÇÃO

Há que promover mecanismos de troca de saberes, informações e experiência, bem como de pressão e intervenção mais global de articulação e cooperação.

CONSTATAÇÃO 4

A avaliação do desenvolvimento local é essencial e representa o assumir da responsabilidade de prestar contas perante os diferentes actores e a sociedade em geral.

RECOMENDAÇÕES

A avaliação não deve ser uma mera enumeração de actividades realizadas nem referenciar-se exclusivamente a objectivos definidos no início do projecto ou acção.

A avaliação deve ser entendida de forma dinâmica, constituindo-se

CONSTATAÇÃO 14

A superação da crise do meio rural exige inovação. É preciso recriar a partir da identidade cultural de cada local. Fiar, tecer, moldar, produzir alimentos genuínos, são actividades e saberes desde sempre existentes. Novos são o “design” e as formas diferentes de apresentar e vender os produtos.

RECOMENDAÇÃO

É preciso encontrar complementaridades entre as diferentes actividades em meio rural. A agricultura, contudo, não pode ser vista como um “adorno” do desenvolvimento local em meio rural. Deve ser “corpo”! Afinal o linho tecido nos teares é cultivado nos campos, assim como o é o cereal com que é fabricado o pão. Até a paisagem que o turista aprecia é fruto da acção do homem e da mulher enquanto agricultores.

Santarém, 5 a 9 de Outubro de 1994

RECOMENDAÇÕES

■ **A educação itinerante oferece oportunidades que devem ser exploradas no desenvolvimento local.**

A cultura escolar deve dialogar com as culturas locais. Os jovens devem ter mais oportunidades para aprender com a comunidade, para a descobrirem e para crescerem (globalmente).

CONSTATAÇÃO 12

O envolvimento das Universidades no *local* é insignificante e existe uma descrença grande e generalizada na vontade e capacidade da Universidade participar em projectos e acções de desenvolvimento local. A Universidade é vista como a torre de marfim que, em geral, ainda não deixou de ser.

RECOMENDAÇÃO

■ **Há que estimular a mudança desta situação, pois as Universidades são centros de um saber de que o desenvolvimento local pode beneficiar. A sociedade em geral e os agentes de desenvolvimento local em particular devem desafiar as Universidades e os seus docentes e investigadores, solicitando o seu apoio, estimulando o seu compromisso em projectos.**

CONSTATAÇÃO 13

Mulheres, idosos e grupos étnicos minoritários constituem o conjunto mais desfavorecido, mais destituído, mais desvalido da sociedade. A sua participação no desenvolvimento local é marcada por condicionalismos vários (preconceitos, divisão sexual do trabalho, inadequação de estruturas e desajustamento entre discurso e prática) e obstáculos acrescidos (burocráticos, administrativos, etc.). Os projectos vivem a base de voluntariado (que desculpabiliza instâncias que deveriam intervir) e têm difícil sustentabilidade.

RECOMENDAÇÕES

■ **Os projectos de desenvolvimento local referentes a mulheres devem orientar-se para a sua conscientização e envolver as famílias.**

Há que promover a integração de grupos minoritários na sociedade. As organizações de desenvolvimento local não podem ser apenas “gestoras da miséria”, devem procurar ser contra poder, rompendo ciclos de subserviência com o poder instituído.

como um mecanismo de reflexão permanente sobre o que está a acontecer e as mudanças produzidas.

A avaliação deve ser realizada em todos os processos e em todos os sectores em que sejam aplicadas verbas públicas.

CONSTATAÇÃO 5

Hoje, a possibilidade de acesso a fundos de apoio consideráveis, por vezes desproporcionados face às necessidades e/ou capacidades da sua utilização, pode resultar no aparecimento de Associações de Desenvolvimento Local (ADL) de origem, propósitos ou resultados questionáveis.

Anteriormente, salvo raras excepções, as ADL não tinham o reconhecimento devido por parte das autarquias que, contudo, constituíam a via privilegiada de acesso a financiamentos e outros apoios.

RECOMENDAÇÃO

■ **É necessário encontrar formas de relacionamentos equilibradas entre ADL e autarquias.**

CONSTATAÇÃO 6

A participação deve ser um elemento central na prática de desenvolvimento local, o que implica:

- reconhecer que há diversas formas de participar, algumas muito subtis e desvalorizadas, como as redes de comunicação e de relação entre pessoas (ou entre pessoas e instituições, ...);
- entender que há diferenças de poder e capacidades entre os diferentes actores;
- perceber que a participação é um processo em movimento, que requer análise permanente, construção e reconstrução de formas apropriadas de envolvimento;
- perceber que o desenvolvimento local envolve negociação entre redes de poder, bem como conflitos, e requer tempo.

RECOMENDAÇÃO

■ **Há que inovar permanentemente as práticas de desenvolvimento local:**

- **questionando e subvertendo as maneiras de pensar e agir, nossas e dos outros;**

- **centrando a atenção nas pessoas, e não no cimento e nos cifrões, a partir da sua identidade cultural, factor essencial da cidadania;**
- **construindo projectos com os cidadãos;**
- **organizando;**
- **estimulando crescimentos, em autoestima, autoconfiança e autonomia.**

CONSTATAÇÃO 7

O exercício da cidadania vai além do voto e não se esgota no poder local, na democracia representativa.

O cidadão não pode ser visto apenas como um delegante de poderes absolutos, através do voto, para que os eleitos, entre votações, se arroguem a legitimidade de tudo decidir sem os consultar. Mais do que isso, os cidadãos podem e devem encontrar formas de exercício da cidadania, individual e colectivamente, através de grupos, associações, cooperativas, redes, parcerias, projectos, ...

CONSTATAÇÃO 8

A cultura do poder, em Portugal, é ainda pouco democrática. Cidadania e participação enchem o discurso político-institucional, mas o cinismo impera e o funcionamento das instituições vai frequentemente no sentido de restringir o direito da cidadania, e os mecanismos de participação criados não atraem os cidadãos, não fomentam a partilha do poder, sobretudo na tomada de decisões.

RECOMENDAÇÃO

Há que promover o exercício activo da cidadania e encontrar novos modelos e formas de democracia.

O local é um bom sítio de aprendizagem e o desenvolvimento local um elemento importante neste processo, pela prática quotidiana de trabalho com os cidadãos, na base, pela sua capacidade de, no dia a dia, espalhar sementes e acabar com apatias e acomodações, e de formar as pessoas para que conheçam os seus direitos e a maneira de os exercer efectivamente.

CONSTATAÇÃO 9

Ao pensar o desenvolvimento a nível micro, beneficia-se do conhecimento profundo que os actores locais possuem do meio onde actuam. Porém, isto, por si só é insuficiente, dado que conduziria a uma perspectiva redutora. Pensar o desenvolvimento a nível macro

é uma atitude conducente ao estabelecimento de receituários – políticas, instrumentos, por norma pouco adequadas as necessidades específicas do local.

RECOMENDAÇÃO

Como ambos os níveis apresentam fraquezas, a solução parece residir na definição de uma estratégia pensada em comum; a nível macro deverão ser definidas estratégias-quadro, cujos contornos e conteúdos melhor se definirão à medida que se aproximam do micro, do local, através nomeadamente de contratos-programa.

CONSTATAÇÃO 10

A cultura não tem estatuto, ou é secundarizada ou instrumentalizada. É usada como instrumento de negócio, por exemplo, pela via do turismo, ou como instrumento ou símbolo de poder/prestígio (por exemplo, pela monumentalidade). Por outro lado, não há uma integração/coordenação entre o central e o local, mas antes uma atitude de obstrução/não obstrução, dependendo da sobreposição ou não das esferas de actuação.

RECOMENDAÇÕES

O estatuto da cultura no planeamento do desenvolvimento tem de ser valorizado.

A(s) cultura(s) tem de ser alvo de debate e as culturas alternativas à dominante tem de ser valorizadas, de forma a permitir a liberdade de escolha.

CONSTATAÇÃO 11

Existem limitações ao encontro entre a escola, a formação, o emprego e o desenvolvimento local:

- As comunidades não assumem as escolas como pertença sua;
- As autarquias vêem as escolas como edifícios;
- A colocação de professores impede a concretização de políticas de educação para o desenvolvimento local;
- O poder central limita a acção educativa local;
- A formação profissional é desarticulada das necessidades;
- A formação promove a fuga dos jovens;
- A formação é vista como emprego e cria falsas expectativas.